



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 28/01/2019.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 3

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alexandre de Carvalho Caetano não esteve presente por se encontrar doente, pelo que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerou justificada a sua falta.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr. Carlos Domingues Franco** – pretende falar sobre a candidatura de apoio à Coletividade da Comeira

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção dos membros do executivo

## **ORDEM DO DIA**

## **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

1. Aprovação da ata n.º 43, da reunião ordinária do dia 21 de dezembro de 2018
2. Aprovação da ata n.º 44, da reunião extraordinária do dia 21 de dezembro de 2018
3. Protocolo de Colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Câmara Municipal de Leiria e Câmara Municipal da Marinha Grande

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

### **FINANÇAS E TESOUREARIA**

4. Resumo de Tesouraria do dia 22 de janeiro de 2019
5. Aprovação do mapa de Fluxos de Caixa da gerência anterior, ano de 2018, nos termos do disposto no ponto 2.6 - Especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais do POCAL, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação a atual
6. 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019
7. Aumento temporário de fundos disponíveis – Autorização, a título excecional, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e do n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual
8. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma
9. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma

## **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

### **OBRAS MUNICIPAIS**

10. Não Receção Provisória - Requalificação da rua e travessa das Andorinhas – Concurso público n.º 20/2016
11. Não Receção Provisória - Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões – Concurso público n.º 01/2017

## **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

12. Isenção do pagamento de taxas

## **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

### **PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

13. Pedido de Colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua Casal Galego, n.º 14, Marinha Grande

### **GESTÃO URBANÍSTICA**

14. Req.º nº 2258/18, datado de 18/12/2018 - Proc.º n.º 459/18, datado de 29/10/2018 - Ribermold Lda
15. Req.º nº 2250/18, datado de 17/12/2018 - Proc.º n.º 532/18, datado de 17/12/2018 - Leonel Oliveira de Sousa
16. Req.º nº 2288/18, datado de 21/12/2018 - Proc.º n.º 565/17, datado de 20/12/2017 - Ricardo José Germano Domingues
17. Req.º nº 2264/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º n.º 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira e Andreia Raquel Fino Ferreira

18. Req.º nº 2276/18, datado de 20/12/2018 - Proc.º n.º 401/18, datado de 25/09/2018 - Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço
19. Req.º nº 2291/18, datado de 21/12/2018/ - Proc.º n.º 205/18, datado de 30/05/2018 - Eunice Dionísio Cunha Ramos e Valdemar Violas dos Ramos
20. Req.º nº 1266/18, datado de 12/07/2018 - Proc.º n.º 271/18, datado de 12/07/2018 - Helder Manuel Rama Ursula
21. Req.º nº 1961/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 335/08, datado de 22/10/2008 - Sara Alessandra Canale, Samuel Alessandro Canale e Igor Alessandro Canale
22. Req.º nº 82/19, datado de 16/01/2019 - Proc.º n.º 82/19, datado de 16/01/2019 - Sérgio José Costa Henriques
23. Req.º nº 107/19, datado de 21/01/2019 - Proc.º n.º 163/18, datado de 16/3/18 - Maria Fernanda de Oliveira Coelho e Deolinda Maria Rodrigues Pereira
24. Req.º nº 2294/18, datado de 21/12/2018 - Proc.º n.º 420/2018, datado de 20/06/2018 - António Manuel dos Reis José
25. Req.º nº 1373/16, datado de 11/06/2016 - Proc.º n.º 390/2016, datado de 11/08/2016 - Ercília de Sousa Fortunato Duarte, cabeça de casal da herança de Armindo Duarte de Sousa Ameixa
26. Req.º nº 1852/18, datado de 12/10/2018 - Proc.º n.º 578/2018, datado de 21/09/2018 - Delegado de Saúde Concelhio
27. E/11804/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO**

28. Seleção da Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) e Coordenador Técnico do Programa CLDS 4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social) a desenvolver no concelho da Marinha Grande
29. Atualização bienal da renda correspondente à fração sita no 2º D, do Bloco 5, da Rua Júlio Braga Barros
30. Celebração de acordo de regularização de dívida com arrendatária residente na Rua da Charnequinha, Bloco 46, R/C Esq - Moita.
31. Celebração de acordo de regularização de dívida com arrendatária residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 18, Camarnal - Marinha Grande.
32. Rendas em atraso referentes à casa 19, sita no Bairro do Camarnal velho – Celebração de acordo de regularização de dívidas
33. Apreciação de candidaturas apresentadas no 2º trimestre de 2018; de candidaturas apresentadas no 1º trimestre de 2017 sujeitas a audiência prévia, relativas ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande; e reapreciação de candidatura apresentada no 4º trimestre de 2017.

### **INTERVENÇÃO CULTURAL**

34. Esclarecimento. Fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens

### **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

35. Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da região da Marinha Grande, IPSS, que tem como objeto o reforço de meios humanos da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande. Revogação e tomada de deliberação

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

**36.** Zona Industrial da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel, causados por contentor de lixo privado - Requerente: Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio - apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia.

**37.** Pedido de indemnização por danos em esquentador – Requerente: Judite Margarida Patrão Figueiredo – Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas - Falta de filtro no contador de água – Proposta de deferimento

**38.** Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento – Rua Central do Moinho de Cima, Albergaria - Requerente: José Silva Saraiva – apreciação – Proposta de deferimento

**39.** Contrato de concessão de exploração do Café Bambi, em São Pedro de Moel - Alteração da denominação social e forma jurídica



## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr. Carlos Domingues Franco** – referiu que está aqui na qualidade de Presidente da A.C.R. da Comeira, e pretende obter informações sobre a candidatura para obras apresentada pela coletividade em junho de 2018. O Chefe da DDC – Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, diz que não sabe sequer desta candidatura e que não está registada. Pretendem obter uma resposta, a que julgam ter direito, pese embora isso não seja neste momento o que os preocupa.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que a candidatura é de junho de 2018, sabe que o Sr. Carlos Franco teve uma reunião com o Dr. Pedro Jerónimo, e este ficou de lhe dar algumas informações.

Porque se trata de uma candidatura para obras de remodelação, a sua apreciação é mais demorada, porque tem que ir a duas divisões, à DDC - Divisão de Desenvolvimento da Cidadania e à DGT – Divisão de Gestão do Território, mas espera que venha brevemente à reunião.

Informou ainda que a candidatura está registada, mas estava noutro serviço, daí o Dr. Pedro não saber.



## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- Lamentou que uma vez mais o Presidente da coletividade da Comeira aqui venha apresentar o mesmo assunto. A resposta da Sr.<sup>a</sup> Vereadora não a satisfaz, porque depende dos olhos com que o assunto é visto e da vontade política que há em analisá-lo. Considera que é um autêntico disparate dizer que a candidatura não está registada só porque não está num determinado serviço. O número de registo é só um, parecendo-lhe que o problema é outro, é haver um certo estigma para com a Comeira.
- Felicitou o Clube de Atletismo, na pessoa da sua Presidente Paula André, pelos excelentes resultados.
- Lamentou o fecho do cinema, e julga que a Câmara não fez tudo o que podia, designadamente na divulgação. Os hábitos criam-se, mas tem que haver empenho, apesar de o cinema estar concessionado. E já não fala na bilheteira electrónica.
- Lamentou o encerramento da Cafeteria D'Arte, e também aqui lhe parece que a Câmara não fez tudo o que podia para o espaço se manter aberto. Entende que a situação deve ser analisada com algum cuidado.
- Requereu esclarecimentos da Sr.<sup>a</sup> Presidente sobre o Jornal de Leiria, para poder ajuizar, e pediu cópia do contrato que estaria em fase de negociações com o JL e cópia do contrato celebrado o ano passado.  
Referiu ainda que espera que esta situação não tenha nada a ver com a notícia de primeira página sobre os empresários.
- Escola dos Outeiros – perguntou se já está decidida a cedência, e se ainda não está o que impede que se tome a decisão.
- Rua das Colmeias – informou que um munícipe se queixou do estado caótico da rua.
- Referiu que o Chefe de Gabinete da Presidente escreveu um artigo no jornal acerca daquilo que os Vereadores aqui vêm dizer. Despe a pele de Chefe de Gabinete e veste a de Presidente do P.S. da Marinha Grande. Não lhe parece bem.  
Diz ele que a Vereadora Alexandra assumiu as dores da Junta de Freguesia da Marinha Grande. Sim, assumiu, porque são também as dos fregueses.  
Como também assume as da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria sobre a colocação dos contentores, e quer saber se essa decisão foi articulada com o Presidente da Junta, embora lhe pareça que não foi, porque ele não quer contentores mas sim obras.  
Assumindo agora as dores da Junta de Freguesia da Moita, deu conta de uma chamada de atenção de um munícipe para a perigosidade das ruas da freguesia, a falta de passeios e a falta de limitadores de velocidade.
- Tal como a situação da Av.<sup>a</sup> João Beare, onde não se toma uma decisão sobre a redução de velocidade, e sobre a qual deu a conhecer o artigo publicado por um munícipe num jornal.
- Terminou referindo que quer saber, em relação ao que o Chefe de Gabinete escreveu sobre a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara, de que ela tomava decisões e não “dava cavaco” a ninguém, de quem estava a assumir as dores.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Perguntou como está a aquisição dos desfibriladores. Pretende saber o ponto de situação, porque está contra a aquisição de apenas alguns desfibriladores. Entende que deve ser feito um plano e comprar-se para todas as instalações e fazer formação, e não só para alguns locais, o que acha uma ideia péssima e irresponsável.

- Referiu que continuam por retirar do Jardim Luís de Camões os destroços dos estragos provocados pelo Leslie, o que torna o local perigoso.
- Obras nos estaleiros de Vieira de Leiria – já aqui falou sobre este assunto. Acha lamentável que desde o incêndio os trabalhadores não tenham condições, e perguntou porque não foi ainda feito nada, um ano e meio depois.
- Também pretende saber o que se passou com o Jornal de Leiria. Pensa, quando o Chefe de Gabinete dá resposta no facebook sobre certos assuntos, que não o faz em nome do Município. Não se identifica com aquelas informações, porque as redes sociais não são o veículo para dar informações aos munícipes. Entende que deve ter cuidado nas respostas, e não fala sequer na veracidade das respostas, mas sim da forma como é feito.
- Perguntou porque não foi dada resposta aos Escuteiros e à carta do ACM. Pensa que os clubes estão sempre a insistir porque não há prazos para resposta, e não sabem quando a vão ter, e era bom saber quando irão ter resposta, para poderem planear a sua vida.
- Terminou pedindo para consultar o processo de aquisição dos painéis publicitários, pois pretende saber, nomeadamente, quais foram os concorrentes, os prazos e o valor.

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“1 - Para além do Teatro Stephens também o cinema da Vieira está fechado. O que se passa?”*

*2 - Porque não se cortam os pinheiros tombados junto à estrada quando se passa em S. Pedro junto ao Bambi?*

*3 - Casa das matas à entrada da Praia da Vieira: QUANDO e QUEM é que toma iniciativa de tirar aquela casa devoluta à entrada desta praia? Que belo registo fotográfico digno de postal e apelativo ao turismo!*

*4 - Já existe algum desenvolvimento sobre a CMMG poder assumir os wc's públicos dos concessionários? E sobre água ser suportada sobre autarquia já há resposta ou ainda não é hoje que me vai responder?*

*5 - Pontões/Esporões. O que estão pensar fazer para a proteção da faixa costeira?*

*6 - Uma vez que na última RC a Sra. Presidente remeteu o assunto da Escola Primária dos Outeiros para a vereadora Célia, quero questionar a Sra. vereadora se podemos agendar já uma data para se decidir este assunto de uma vez por todas, e informo caso ainda não tenha lido, que os escuteiros voltaram a enviar um e-mail ontem onde vou citar o que me parece mais relevante neste momento: “duas das quatro secções que compõem este agrupamento, estarem neste momento a reunir em salas onde cai água nos dias em que chove e onde existem janelas partidas, sem vidros e sem estores.”*

*Portanto, e uma vez que a Sra. vereadora até visitou este local com a Sra. presidente, e não tendo dúvida que está também muito preocupada, vamos agendar hoje mesmo uma reunião, com todo executivo, de modo a deliberar o futuro a dar a esta escola que, estando desocupada, está a fazer falta aos candidatos e está também a deteriorar-se pela falta de uso e manutenção.”*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte sobre a intervenção do município:**

- Sr. Carlos Franco – referiu que é impressionante o que ouviu: não entrou a candidatura e não está registada. Afinal a candidatura entrou em junho e ainda não há uma resposta para dar? Porquê?

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“Antes da minha intervenção gostaria de saber a razão por que a agenda desta reunião não foi colocada no site da Câmara, conforme o regimento que a Sra. Presidente tanto preza onde no Artº 9, nr. 5 está plasmado que “A ordem de trabalhos é publicada na página de Internet do Município, após o seu envio a todos os membros da Câmara Municipal, por correio eletrónico.” Recordo que nos foi enviada na passada quarta-feira, e ontem ainda não estava a agenda no site.”*

## **1. FELICITAÇÕES**

- a) Felicito a equipa de voleibol Iniciados Femininos do Sport Operário Marinhense por se ter sagrado campeã inter regional.*
- b) Felicito o Clube de Atletismo pelo desempenho dos seus atletas nas diversas provas.*

## **2. MUNÍCIPES**

*É meu dever questionar sobre problemas que os municípios que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.*

*2.1 Na reunião passada mencionei uma obra no Pilado que o Sr. vereador Caetano confirmou que foi dada como terminada e que continua com problemas na rotunda. No fim de semana passado tivemos uma situação semelhante, com uma obra de várias centenas de milhares de euros, que foi dada por terminada e tem um problema muito grave. É o Pavilhão Nery Capucho, onde na semana passada um jogo de andebol da primeira divisão teve de ser interrompido porque o piso escorrega. A justificação é a humidade, mas outros pavilhões na nossa zona, desde a Embra, a Vieira, a Martingança, a Burinhosa, tiveram jogos. Aliás o jogo do SIR 1º de Maio teve de ser terminado no pavilhão da Nazaré, ou seja, à beira mar, e não teve problemas de humidade.*

*Precisamos muito de obras e todas são bem-vindas, mas gostaríamos que fossem bem-feitas evitando problemas aos municípios e aos clubes*

*2.2 As ruas do concelho continuam esburacadas, algumas parecem crateras. Vários municípios se dirigiram a nós pedindo que se a Câmara não refaz o alcatroamento pelo menos tape os buracos. Um munícipe utilizou uma expressão curiosa: coloquem pensos na minha rua. Alguns exemplos em locais diversos da cidade:*

- *Rua David Mourão Ferreira – a rua onde está o JI da Várzea e a APPACDM.*
- *Rua Alfredo Batista, passa em frente ao pavilhão de Picassinos*
- *Rua Joaquim Domingues, na Boavista, que vai da FAE para a Escola Pinhal do Rei*



2.3 *Cruzamento da Rua Manuel Pereira Roldão com a Rua D. João Pereira Venâncio, junto ao self service Dose e Meia. Já alertei por diversas vezes o executivo permanente deste ponto negro na nossa terra. Não passa nenhuma semana sem haver ali acidentes. A circunstância em que se encontra a sinalização horizontal e vertical, sobretudo de quem vem de Casal Galego, não permite ver o semáforo. Já propus, foi mais uma proposta que não quiseram ouvir, que analisassem o que ali se passa e que de imediato atuassem. Por exemplo que se coloque um semáforo por cima da rua, de modo a ser visível pelos automobilistas vindos da Rua Manuel Pereira; que se coloque sinalética de aproximação de cruzamento. Algo tem de ser feito para evitar, ou minimizar, tantos acidentes.*

#### 2.4 Cafeteria D'Arte

*A Sra. Presidente informou em reuniões anteriores que a Câmara estava a avaliar. Chegou-nos agora a informação que a avaliação foi a 28 de dezembro. Qual o motivo para a Sra. Presidente dizer que ainda estavam a avaliar quando já tinha na sua posse a avaliação? Porque não respondeu atempadamente ao munícipe?*

### 3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.1 *Sobre assuntos que discutimos na reunião passada, espero que o executivo permanente nos esclareça, p.e.:*

- *Reunião com IP*
- *Rua ponto da Boavista – cheio de mato*
- *Rua das Cavadas, Pedrulheira - passeios*
- *Escola primária dos Outeiros*
- *Cachorros da Rua Vila Real de Santo António*
- *Lista dos apoios ao desporto federado*
- *Respostas aos munícipes, entidades e clubes, como exemplo o ACM*

#### 3.2 Túnel do Santos Barosa

*Na reunião passada alertei para a falta de iluminação do túnel do Santos Barosa. Em 3 e 14 de janeiro uma munícipe reclamou ao que o Sr vereador Caetano lhe respondeu que “ainda hoje” iria ao local resolver o problema. No dia seguinte enviei um mail ao Sr. vereador informando que tinha passado no túnel e ainda não tinha luz, ao que o Sr. vereador Caetano me respondeu, e eu agradeço, que os projetores iriam ser substituídos e que a obra “se executará no dia 24 de janeiro”.*

*Esta noite, dia 28, posso garantir-lhe que ainda não houve iluminação no túnel.*

3.3 *Sobre a TUMG, para além da Sra Presidente, temos aqui o presidente do Conselho de Administração (vereador Caetano) e a representante da Câmara (vereadora Célia). Como sabemos, a TUMG é altamente subsidiada pela Câmara e tenho dito inúmeras vezes que necessita de encontrar novas formas de gestão para encontrar mais receitas, sendo uma delas a publicidade nos autocarros. Tivemos conhecimento que a TUMG, recebeu ordens da Câmara, para renunciar o compromisso assumido para fazer publicidade a um jornal, e o motivo foi por retaliação, por esse jornal ter dado uma notícia que não foi do agrado da câmara.*

*Voltámos ao tempo da censura quando alguém não disser bem de vós, vocês punem. É inaceitável que ao fim de mais de 40 anos de democracia ainda se utilizem estes expedientes.*

*3.4 Temos recebido alertas de munícipes que há lixo a transbordar nos caixotes do lixo em vários pontos da cidade. Já ouvimos por diversas vezes este executivo a dizer que é falta de civismo. No entanto, é evidente que em muitas situações os caixotes estão cheios e não são despejados há muito tempo, sendo que as pessoas têm de colocar o lixo em algum lado.*

*A responsabilidade dos resíduos urbanos é da Câmara. Já que concessionária este serviço, sugiro que tenham uma conversa com a empresa responsável e elimine estes problemas indo despejar os caixotes com mais regularidade ou então colocar mais caixotes.*

*Exemplo: Rua da Escola Primária Francisco Veríssimo na Ordem.”*

**Terminadas as intervenções, a Sr.ª Presidente referiu que há algumas respostas que não poderá dar neste momento, dado que são matérias do pelouro do Sr. Vereador Carlos Caetano, que hoje não está presente, facto para o qual pediu a compreensão dos Srs. Vereadores.**

**Seguidamente deu a palavra à Sr.ª Vereadora Célia Guerra, que respondeu o seguinte:**

- Relativamente ao pedido do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, sobre a lista dos apoios ao desporto federado e a resposta dada ao ACM, informou que vai enviar.
- Ainda sobre a coletividade da Comeira, referiu que não acredita que o Dr. Pedro tenha dito que a candidatura não estava registada, porque está, só não estava com ele. Informou que estas candidaturas para obras demoram mais tempo porque carecem de uma análise mais pormenorizada. As candidaturas tinham que dar entrada até setembro/2018, para depois serem aprovadas e apreciadas em 2019.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** indignou-se e disse que desta forma até poderá ser só em dezembro de 2019.  
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** prosseguiu e disse que das 85 candidaturas que entraram se deu prioridade àquelas em que as iniciativas decorriam no 1.º trimestre. Agora dar-se-á prioridade às restantes.

Nesta altura registou-se uma troca de palavras entre o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** e a **Sr.ª Presidente**.

**Seguidamente, a Sr.ª Vereadora prosseguiu, respondendo o seguinte:**

- Cinema – disse que também lamenta, mas agora está a ser preparado um novo caderno de encargos para lançar o concurso para os dois espaços, que deverá acontecer muito brevemente.
- Escola dos Outeiros – foi vê-la, e sabe que também lá chove, pelo que pediu aos serviços para fazerem o levantamento, e quando a situação estiver resolvida então far-se-á o contrato de comodato, seja com uma, duas ou três instituições. Disse ainda que está disponível para marcar a referida reunião com todos, para se decidir.
- Desfibriladores – informou que só há um no Estádio, mas vai ser aberto concurso para se adquirirem mais.
- Resposta ao ACM – já respondeu. Foi dada resposta à instituição.
- Pavilhão Nery Capucho – também soube que o jogo teve que ser terminado na Nazaré, á semelhança do que aconteceu com outros jogos. Ainda propôs fazer o fim do jogo no pavilhão da Vieira, mas parece que o piso também não estava em condições. Efetivamente tem que se verificar o que se passa com o piso do pavilhão, ver se são humidades, porque sofreu obras recentemente.
- Lista dos apoios – referiu que é falta sua, porque está feita e até já a mostrou ao Sr. Vereador Aurélio. Disse que vai enviá-la.

**A Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:**

- Considera que foram aqui feitos juízos de valor errados sobre quem aqui está a trabalhar, e um deles é o que a Sr.ª Vereadora Alexandra fez sobre a questão da Comeira. Não se revê neles, e embora gostasse de ver algumas questões resolvidas mais rapidamente, não é por incúria dos serviços nem por algum estigma para com alguma das associações do concelho. A Câmara tem respeito para com todas elas. Disse que não pode deixar de fazer este reparo pela forma desagradável e desabonatória como a Sr.ª Vereadora falou para com quem aqui trabalha. E os números falam por si. Este ano fez-se obra no valor de mais de 5 milhões de euros. É verdade que há ruas com buracos, também por lá passam, também os incomoda, mas há cerca de 1.230 ruas no concelho, e é quase impossível fazê-las todas. No orçamento foram definidas as mais prioritárias, para as quais já assinou na semana passada o procedimento.
- Cafeteria D'Arte – poucos dias antes do final do ano o concessionário disse que não queria continuar com a concessão, mas a decisão não é unilateral porque há um contrato e tem condições. Como é sabido ele tem uma dívida para com a Câmara, tem sido notificado, mas não pediu sequer uma reunião à Câmara para vir resolver esse assunto.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que não é isso que o concessionário diz.  
A **Sr.ª Presidente** respondeu dizendo que a Câmara tem todos os registos, e prosseguiu referindo que o concessionário informou a Câmara que não queria continuar e que o equipamento ficaria para pagar a dívida. A Câmara teve que o avaliar e o seu valor é ¼ daquilo que o concessionário apresentou para pagar a dívida. O assunto passou pelo serviço jurídico e o concessionário vai ser notificado deste facto. Sabe que ele enviou um e-mail a todos os Vereadores a dar conta daquilo que a Presidente da Câmara lhe disse.
- Jornal de Leiria – a Sr.ª Presidente disse que deu a resposta que entendeu dar. O que pode dizer é que a TUMG tem uma administração própria e a Câmara nunca iria interferir num assunto deste tipo. Tudo o resto decorre das informações que por aí andam a circular e também queria saber quem deu a informação que o Sr. Vereador Aurélio diz que tem.  
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que não é assim.  
A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** lembrou que fez um requerimento a pedir o contrato e quer resposta.  
A **Sr.ª Presidente** referiu que é triste o que os Srs. Vereadores estão a fazer, ao acusar o executivo de antidemocrático e de fazer censura.
- Referiu que não faz comentários sobre o Presidente da Concelhia Política.
- Contentores na Vieira – informou que dado o estado em que os estaleiros ficaram, se optou por colocar contentores. Sabe que o Sr. Vereador está com o processo, para adjudicação, e também lamenta que a situação ainda não tenha sido resolvida.

Nesta altura, a **Sr.ª Presidente** chamou a atenção da **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho**, por estar a falar com a Sr.ª Vereadora Lara Lino enquanto a Presidente estava no uso da palavra.

Seguiu-se uma troca de palavras, com a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** a dizer, em tom exaltado, que a Sr.ª Presidente não lhe põe pensos na boca nem a pode impedir de falar.

A **Sr.ª Presidente** perguntou à Sr.ª Vereadora se a está a ameaçar com o tom de voz exaltado, e como a troca de argumentos continuava mandou desligar a gravação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** mostrou a sua indignação por esta atitude da Sr.ª Presidente, que considera de censura, mas que não a impedirá de falar sempre que quiser. A **Sr.ª Presidente** referiu que estava no uso da palavra e tem de haver respeito, tal como ela também respeita os Srs. Vereadores quando fazem as suas intervenções.

Como a troca de argumentos continuava, a **Sr.ª Presidente interrompeu a reunião por 5 minutos, das 15:45 horas às 15:50 horas.**

**Retomada a reunião, a Sr.ª Presidente continuou a responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores no período de antes da ordem do dia.**

- Obras nas ruas – enumerou as ruas previstas no concurso que foi agora lançado, no valor de 200 mil euros.  
O **Sr. Vereador Aurélio** pediu que lhe seja enviada essa lista.  
A **Sr.ª Presidente** disse que vai ser enviada.
- Mercado e piscina – está a ser preparada a deliberação para aprovar o projeto da piscina.  
Em relação ao mercado continua a aguardar informações para saber se não há qualquer impedimento para o local escolhido, e também aguarda informações da Direção do Tesouro. Logo que cheguem essas informações o projeto virá à Câmara.
- Leslie e Jardim Luís de Camões – o processo está com o Sr. Vereador, mas como é sabido, na Câmara estes serviços requerem empreitadas, e é isso que está a ser tratado.
- Processo do concurso dos painéis – vão ser enviadas as informações pedidas.
- Pinheiros tombados junto ao Bambi – houve há pouco tempo uma reunião aqui na Câmara com a Proteção Civil e o CODIS, para se fazer o balanço do que se está a passar no nosso concelho. Falou-se sobre os incêndios rurais, e constatou-se que o nosso concelho é dos que teve menos incêndios rurais, talvez fruto das ações de sensibilização que têm vindo a ser feitas com a população.
- Casa das matas – a Sr.ª Vereadora Mêlina quer saber quando e quem tem responsabilidade. A Sr.ª Presidente referiu que a Câmara também sabe que os Escuteiros tinham interesse nesta casa. A Câmara sabe que todas as casas da mata (excluindo as dos projetos turísticos) são propriedade do ICNF. Esta seria uma das que a Câmara poderia chamar a si, na transferência das novas competências.
- Parecer da CCDR sobre os apoios aos concessionários – a Sr.ª Presidente informou que eles foram hoje à CCDR, a uma reunião, acompanhados pelo Chefe de Gabinete, que depois trará as informações que forem dadas.
- Pontões – são da competência da APA, mas está previsto no POOC um pontão para a Praia da Vieira. Só está previsto este porque a APA não concorda com mais pontões. A Câmara espera agendar uma reunião, razão pela qual também não aceitou assumir a competência referente às praias, porque quer ver bem clarificadas todas estas situações, nomeadamente a falta de areia nas praias do concelho.
- Obras dadas como terminadas mas que têm problemas – vai pedir informações mais precisas para depois dar resposta.
- Reunião com as Infraestruturas de Portugal – houve uma reunião na semana passada, a informação já é pública, porque o Sr. Vereador deu uma entrevista, no entanto trará a resposta à próxima reunião.
- Túnel do Santos Barosa – a Sr.ª Presidente informou que houve uma reunião a semana passada, consigo, o Sr. Vereador e um representante da empresa. Há um protocolo celebrado com a empresa na altura da construção do túnel, pelo que vai ver o que se passou, uma vez que o Sr. Vereador deu a data de 24 de janeiro.

- Caixotes do lixo – a Sr.ª Presidente tomou nota e vai verificar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Concluído o período de antes da ordem do dia, a **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião das 16:05 horas às 16:20 horas, para um breve intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **ORDEM DO DIA**

#### **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

##### **GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO**

##### **1. Aprovação da ata n.º 43, da reunião ordinária do dia 21 de dezembro de 2018**

30 - Presente a ata n.º 43, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21 de dezembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por não ter estado presente nesta reunião.**

##### **2. Aprovação da ata n.º 44, da reunião extraordinária do dia 21 de dezembro de 2018**

31 - Presente a ata n.º 44, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 21 de dezembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, por não ter estado presente nesta reunião.**

### **3. Protocolo de Colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Câmara Municipal de Leiria e Câmara Municipal da Marinha Grande**

A **Sr.ª Presidente** pediu que este ponto seja votado no fim na reunião, uma vez que está dependente da aprovação da 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, que constitui o ponto 6 da ordem do dia.

Os **Srs. Vereadores** concordaram.

## **DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

### **FINANÇAS E TESOURARIA**

#### **4. Resumo de Tesouraria do dia 22 de janeiro de 2019**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte e dois de janeiro de dois mil e dezanove, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **12.453.972,40€** (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e dois euros e quarenta cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

#### **5. Aprovação do mapa de Fluxos de Caixa da gerência anterior, ano de 2018, nos termos do disposto no ponto 2.6 - Especificidades do tratamento contabilístico das operações orçamentais do POCAL, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação a atual**

32 - Nos termos do ponto 2.3.4.4. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nos termos do disposto no ponto 2.6.1. do mesmo diploma, a utilização do saldo da gerência deve ser efetuada depois de aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior.

Considerando que atento o preceituado na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor integram os fundos disponíveis.

Considerando que a FAQ n.º 5 da DGAL, no seu Manual de Apoio à aplicação da LCPA no Subsetor da Administração Local, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, preceitua que “ (...) o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para

*utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas. (...)”.*

Considerando parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses no qual é referido que “ (...) tendo em conta que na Administração Local a utilização do saldo de gerência é específica e distinta da Central, constituindo esta uma receita disponível a muito curto prazo, o que remete para o conceito de fundos disponíveis, poderá o mesmo ser considerado para efeitos do cálculo dos fundos disponíveis (...) ”.

Considerando que o mapa em ANEXO I consagra o Mapa dos “Fluxos de Caixa” a 31.12.2018 e que este apresenta um saldo para a gerência seguinte de 13.626.045,52 euros, dos quais 12.704.373,92 euros respeitam a Dotações Orçamentais e 921.671,60 euros que respeitam a Dotações não Orçamentais (saldo de operações de tesouraria).

Considerando que o nível de compromissos a assumir em 2019 tem de conformar os compromissos já assumidos e por pagar à data de 31.12.2018, devendo estes ser objeto de registo contabilístico em janeiro de 2019, importa proceder à utilização do saldo para a gerência seguinte das Dotações Orçamentais do ano anterior, ano de 2018, no montante de 12.704.373,92 euros, para o cálculo dos fundos disponíveis de 2019, atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

**Atentos os motivos expostos e a documentação em anexo a Câmara Municipal delibera aprovar o mapa dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2018, atento o preceituado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos Documentos de Prestação de Contas de 2018, por fazerem parte integrante do mesmo.**

**Nos termos do preceituado no n.º 2 do art.º 33.º do Regulamento de Execução Orçamental do ano de 2019, aprovado em conjunto com os Documentos Previsionais de 2019 em sessão da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2018, dá-se conhecimento que o saldo orçamental transitado da gerência de 2018 para 2019 ascende a 12.704.373,92 euros.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **6. 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Questionámos como é possível que o orçamento 2019 tenha sido aprovado há um mês, e já em janeiro tenhamos uma modificação orçamental no valor de € 700.000,00. Começamos muito cedo a desrespeitar o orçamento aprovado na Camara e na AM, o que demonstra o rigor com que o orçamento é elaborado e a importância que é dada a um plano aprovado.”*

A **Sr.ª Presidente** explicou que são alterações que decorrem de pequenos acertos, e que o valor maior tem a ver com o facto de a ADSE não apresentar despesas desde junho de 2018. Informou ainda que até à introdução do saldo de gerência irão surgir acertos que será necessário fazer.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

33 - Presente proposta da 1ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

**1.ª Alteração ao Orçamento da Receita para 2019**, no valor de 160.000,00 euros nos reforços, classificação económica 160103 - Saldo Orçamental da Gerência Anterior-Consignado, considerando Protocolo de Colaboração assinado com a APA-Agência Portuguesa do Ambiente a 19.04.2018, e adenda datada de 20 de dezembro de 2018, por aplicação do preceituado no n.º 6 do art.º 40º da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto.

**1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2019** no valor de 547.922,66 euros nos reforços e de 387.922,66 euros nas anulações.

**1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2019** no valor de 149.216,00 euros nos reforços e de 133.860,00 euros nas anulações.

**1.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2019** no valor de 505.748,00 euros nos reforços e de 403.126,20 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 1.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**7. Aumento temporário de fundos disponíveis – Autorização, a título excecional, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e do n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual**

34 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efectuado



mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente se consubstancia na assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º 1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.

**A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 880.989,44 euros, por antecipação da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação, Imposto Municipal sobre as Transmissões e Derrama a arrecadar no decorrer do ano de 2019, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**8. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma**

35 - Presente informação de 22 de janeiro de 2019 da Divisão Administrativa e Financeira, a informar que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2019, declaração dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Para cumprimento do enunciado na legislação supra, apresenta-se em anexo, declaração emitida pela Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, a declarar que os compromissos plurianuais existentes à data de 31.12.2018 se encontram devidamente registados na Base de Dados do Município da Marinha Grande, aplicação de Contabilidade, pelos montantes que constam do quadro seguinte.

<b>Ano</b>	<b>Montante</b>
2019	18.524.250,23 €
2020	10.521.404,43 €
2021	9.368.311,36 €
2022	2.597.262,25 €
Seguintes	49.478.623,15 €
<b>TOTAL</b>	<b>90.489.851,42 €</b>

A Câmara Municipal, após análise da documentação anexa, delibera tomar conhecimento da declaração de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2018 e mapa anexo.

Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**9. Cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual – Declaração de pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Tendo em conta que os recebimentos em atraso a 31/12/2018 são de € 1.852.089,00, questionamos de que são estas dívidas à Câmara. Solicitamos uma descrição pormenorizada com os valores mais significativos. Este valor é bastante superior ao que existia em 31/12/2017, cerca de 1.520.000€ (AT). Porquê?*

*Os pagamentos em atraso a 31/12/2018 são € 0,00 (ZERO). Quer dizer que não temos nenhuma dívida nesta data? Nem dos fornecimentos que foram feitos perto do final do ano? “*

A **Sr.ª Presidente** solicitou a presença na reunião da **Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Sandra Paiva**, que respondeu que a Câmara não tem pagamentos em atraso, porque estes são aqueles que, de acordo com a DGAL, não estejam pagos nos 90 dias após a data contratualizada para pagamento. O que está por pagar são valores de energia e da piscina de Vieira de Leiria, porque o visto do Tribunal de Contas só chegou em janeiro.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

36 - Presente informação de 18 de janeiro de 2019 da Divisão Administrativa e Financeira, a informar que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2019, declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2018, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Para cumprimento do enunciado na legislação supra, apresenta-se em anexo, declarações emitidas pela Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, a declarar todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31.12.2018.

A Câmara Municipal, após análise da documentação anexa, delibera tomar conhecimento das declarações de pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2018.

**Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA**

### **OBRAS MUNICIPAIS**

#### **10. Não Recepção Provisória - Requalificação da rua e travessa das Andorinhas – Concurso público n.º 20/2016**

37 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Não Recepção Provisória da obra “Requalificação da rua e travessa das Andorinhas – Concurso público n.º 20/2016”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 28 de março de 2017, à empresa “Matos & Neves, Ld.ª”.

**A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida provisoriamente, nomeadamente por:**

- apresentar algumas tampas e caixas de visita que necessitam de ser limpas,
- ser necessário proceder a retificações pontuais nas telas finais;

**delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395.º, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **11. Não Recepção Provisória - Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões – Concurso público n.º 01/2017**

38 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente Auto de Não Recepção Provisória da obra “Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões – Concurso público n.º 01/2017”, adjudicada por deliberação de Câmara, de 06 de abril de 2017, à empresa “SUZIFIL Construções, Ld.ª”.

**A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra não se encontra em condições de ser recebida provisoriamente, nomeadamente por:**

- a fixação incorreta do lettering das instalações sanitárias,
- empeno das portas exteriores,
- irregularidades no pavimento exterior em calçada;

**delibera aprovar o auto supra referido de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 395.º, do Código dos Contratos Públicos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

### **BALCÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE**

#### **12. Isenção do pagamento de taxas**

39 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

**A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para a realização das comemorações do 72º aniversário da Corporação - Desfile a realizar em 02 de fevereiro de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.

**O Sport Império Marinhense**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização dos Festejos de Carnaval 2019 a realizar entre os dias 02 e 05 de março de 2019;

**O Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização da atividade “Marinha Bike Tour”, em 27 de fevereiro de 2019.
- Autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, no dia 27 de fevereiro de 2019.

Presentes as informações nº 2/CS, 3/CS e 4/CS de 18 de janeiro de 2019, 21 de janeiro de 2019 e 23 de janeiro de 2019, respetivamente, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, o Sport Império Marinhense e o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído e autorização para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**

### **PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO**

#### **13. Pedido de Colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua Casal Galego, n.º 14, Marinha Grande**

40 - Presente pedido com o registo n.º E/7516/2018, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua Casal Galego n.º 14 - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC/10/2018 de 17-12-2018, sobre o assunto.

**Na sequência do pedido com registo n.º E/7516/2018, para colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas, na rua Casal Galego n.º 14 - Marinha Grande, em frente ao estabelecimento comercial Marinhaguas, Lda bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC/10/2018 de 17-12-2018, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:**

**Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M10b - Cargas e Descargas, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, um lugar no início da gare de estacionamento sita na rua Casal Galego - Marinha Grande, como indicado nas fotografias igualmente incluídas na referida informação técnica.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **GESTÃO URBANÍSTICA**

#### **14. Req.º nº 2258/18, datado de 18/12/2018 - Proc.º n.º 459/18, datado de 29/10/2018 - Ribermold Lda**

41 - Presente pedido com o registo n.º 2258/18, datado de 18/12/2018, relativo ao **licenciamento de ampliação e legalização de instalações de uma unidade industrial**, sita na rua da Marinha Pequena, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3624, 19414, 1683 e 1679, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17268 e na matriz predial rústica sob os artigos 3411, 3934 e 3935, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 459/18, com data de entrada de 29/10/2018, apresentado por **Ribermold Lda**, com o NIPC 502 256 087, com sede na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do respetivo projeto de arquitetura;

Presente processo n.º 311/17, relativo à operação pretendida e apresentada pela requerente ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5/11, que estabeleceu o regime extraordinário de regularização de atividades económicas, o qual mereceu aprovação condicionada no âmbito da conferência decisória realizada a 8/05/2018, notificada pelo ofício n.º 565/18, de 09/05/2018;

Presente informação técnica datada de 21/01/2019 que refere encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo ao licenciamento de ampliação e legalização de instalações de uma unidade industrial, sita na rua da Marinha Pequena, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 3624, 19414, 1683 e 1679, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17268 e na matriz predial rústica sob os artigos 3411, 3934 e 3935, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 459/18, com data de entrada de 29/10/2018, apresentado por Ribermold Lda, com o NIPC 502 256 087, com sede na rua da Marinha Pequena, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. - Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação desta decisão, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE;

Delibera, igualmente, informar o requerente que o licenciamento industrial ficará condicionado ao cumprimento das medidas ambientais expressas na conferência decisória realizada a 08/05/2018 no âmbito do processo de regularização extraordinária n.º 311/17, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5/11, comunicada pelo ofício n.º 565/18, de 09/05/2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**15. Req.º nº 2250/18, datado de 17/12/2018 - Proc.º n.º 532/18, datado de 17/12/2018 - Leonel Oliveira de Sousa**

42 - Presente pedido com o registo n.º 2250/18, datado de 17/12/2018, relativo a **ampliação de edifício destinado a indústria**, existente no n.º 878 da rua da Machinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 532/18, com data de entrada de 17/12/2018, apresentado por **Leonel Oliveira de Sousa**, com o NIF 183 485 726, residente na rua do Sol, nº 79, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente informação técnica, datada de 21/01/2019, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento referente a ampliação de edifício destinado a indústria, existente no n.º 878 da rua da Machinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia da Moita e concelho da

**Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 532/18, com data de entrada de 17/12/2018, apresentado por Leonel Oliveira de Sousa, com o NIF 183 485 726, residente na rua do Sol, nº 79, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

1. - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
2. - Assegurar a execução de todos os trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao correto acabamento da obra.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**16. Req.º nº 2288/18, datado de 21/12/2018 - Proc.º n.º 565/17, datado de 20/12/2017 - Ricardo José Germano Domingues**

43 - Presente pedido com o registo n.º 2288/18, datado de 21/12/2018, relativo ao **licenciamento de alterações a executar em obra**, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, titulada pelo alvará n.º 64/18, emitido a 28/08/2018 e válido até 27/08/2019, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7238 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5783, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 565/17, com data de entrada de 20/12/2017, apresentado por **Ricardo José Germano Domingues**, com o NIF 220 083 835, residente na rua dos Serradores, n.º 235, vivenda B, em Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo processo de licenciamento foi aprovado em reunião de câmara de 09/07/2018;

Presente informação técnica, datada de 14/01/2019, que atesta encontrar-se o pedido de alteração em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações a executar em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, titulada pelo alvará n.º 64/18, emitido a 28/08/2018 e válido até 27/08/2019, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7238 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5783, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 565/17, com data de entrada de 20/12/2017, apresentado por **Ricardo José Germano Domingues**, com o NIF 220 083 835, residente na rua dos Serradores, n.º 235, vivenda B, em Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o averbamento do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original do alvará de obras n.º 64/18.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**17. Req.º nº 2264/18, datado de 19/12/2018 - Proc.º n.º 21/18, datado de 26/01/2018 - Maria Goreti Gil Ferreira e Andreia Raquel Fino Ferreira**

44 - Presentes requerimentos n.º 156/18, n.º 1660/18, n.º 2051/18 e 2264/18, registados em 208/01/26, 2018/09/14, 2018/11/13 e em 2018/12/19, respetivamente, subscrito por **Maria Goreti Gil Ferreira**, com o NIF 116107758, com residência na Rua das Carregueiras, n.º 33, em Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Andreia Raquel Fino Ferreira**, com o NIF 259257753, com residência na Rua do Lamarão, n.º 27, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, do processo camarário n.º 21/18, registado em 2018/01/26, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de moradia**, legalização da **obra de construção de um edifício anexo** destinado a garagem e **demolição de duas edificações**, erigidos no prédio urbano sito na Rua Central, n.º 106, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 7964, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3390.

Presente aditamento apresentado pelo requerimento n.º 2051/18, registado em 2018/11/13, em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2018/11/13, que refere que o projeto de arquitetura encontra-se apto a ser aprovado.

Presentes projetos das especialidades, sendo os mesmos os previstos no n.º 16.º do anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, tendo em consideração o tipo de obra a realizar, e termos de responsabilidade dos respetivos autores, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2019/01/10, para os projetos de especialidades, a atestar que encontrem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

- **DEFERIR**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o **licenciamento (legalização) de obra de alteração e ampliação de moradia**, legalização da **obra de construção de um edifício anexo** destinado a garagem e **demolição de duas edificações**, erigidos no prédio urbano sito na Rua Central, n.º 106, lugar da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 7964, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3390, constante do processo camarário n.º 21/18, registado em 2018/01/26, apresentado por **Maria Goreti Gil Ferreira**, com o NIF 116107758, com residência na Rua das Carregueiras, n.º 33, em Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e por **Andreia Raquel Fino Ferreira**, com o NIF 259257753, com residência na Rua do Lamarão, n.º 27, lugar do Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande.



**- Informar as requerentes do seguinte:**

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, devem, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal devem, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Devem assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

4- Concluída a obra devem entregar na câmara municipal o livro de obra e fichas de triagem de RCD.

5- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**18. Req.º nº 2276/18, datado de 20/12/2018 - Proc.º n.º 401/18, datado de 25/09/2018 - Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço**

45 - Presente pedido com o registo n.º 2276/18, datado de 20/12/2018, relativo a **licenciamento de construção de um edifício de habitação unifamiliar**, na rua 1º de Maio, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 324 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1510, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 401/18, com data de entrada de 25/09/2018, apresentado por **Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço**, com o NIF 208 824 502, residente na rua de Oeiras, n.º 165, 1º Dto., Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 26/11/2018;

Presente informação técnica, datada de 09/01/2019, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 22/01/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um edifício de habitação unifamiliar, na rua 1º de Maio, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 324 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1510, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 401/18, com data de entrada de 25/09/2018, apresentado por **Sónia Paula Marques Teixeira Correia Lourenço**, com o NIF 208 824 502, residente na rua de Oeiras, n.º 165, 1º Dto., Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 - Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**19. Req.º nº 2291/18, datado de 21/12/2018/ - Proc.º n.º 205/18, datado de 30/05/2018 - Eunice Dionísio Cunha Ramos e Valdemar Violas dos Ramos**

46 - Presente pedido com o registo n.º2291/18, datado de 21/12/2019, relativo a **licenciamento de construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar**, a erigir no lote 10 da rua 43, na localidade de Trutas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15808 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18505, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 205/18, com data de entrada de 30/05/2018, apresentado por **Eunice Dionísio Cunha Ramos e Valdemar Violas dos Ramos**, respetivamente com o NIF 215 742 893 e 216 769 035, residentes na rua 1º de Dezembro, Bloco 1, n.º 71, 1º Dto., Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 09/07/2018;

Presente informação técnica, datada de 09/01/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 22/01/2019, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um edifício destinado a habitação unifamiliar, a erigir no lote 10 da rua 43, na localidade de Trutas, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15808 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18505, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 205/18, com data de entrada de 30/05/2018, apresentado por Eunice Dionísio Cunha Ramos e Valdemar Violas dos Ramos, respetivamente com o NIF 215 742 893 e 216 769 035, residentes na rua 1º de Dezembro, Bloco 1, n.º 71, 1º Dto., Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar os requerentes do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverão, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Devem assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**20. Req.º nº 1266/18, datado de 12/07/2018 - Proc.º n.º 271/18, datado de 12/07/2018 - Helder Manuel Rama Ursula**

47 - Presente requerimento n.º 271/18, registado em 2018/02/12, subscrito por **Helder Manuel Rama Ursula**, com o NIF 185734626, residente na Rua José Pereira, n.º 8, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 271/18, registado em 2018/07/12, referente a:

- Pedido de **emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque** de parcela com área de 1850 m2, do prédio rústico com área total de 3.600 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11062, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15789, confinante a norte com a Rua José Pereira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- Pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros, a erigir numa parcela a destacar** do prédio rústico situado na Rua José Pereira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11062, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15789, confinante a norte com a Rua José Pereira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2019/01/17, desfavorável por os pedidos apresentarem-se manifestamente contrários às normas legais e regulamentares aplicáveis.

**Após análise das pretensões, apresentadas pelo requerimento n.º 271/18, registado em 2018/02/12, subscrito por Helder Manuel Rama Ursula, com o NIF 185734626, residente na Rua José Pereira, n.º 8, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 271/18, registado em 2018/07/12, bem como o parecer técnico, a Câmara Municipal delibera informar o interessado que:**

- O pedido de certificação da satisfação dos requisitos para destaque não assegura a satisfação das condições descritas no n.º 4 do artigo 6.º do RJUE, por a parcela sobrance não apresentar frente urbana para o arruamento.

- Relativamente ao projeto de arquitetura, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros, *a erigir numa parcela a destacar* do prédio rústico situado na Rua José Pereira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 11062, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15789, confinante a norte com a Rua José Pereira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 5 e da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o prédio não ser servido de infraestruturas de abastecimento de água e saneamento e ainda por o projeto violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente por o disposto no artigo 86.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU, por apresentar instalação sanitária em comunicação direta com cozinha.

Delibera ainda informar que:

a) O projeto de licenciamento apresenta deficientemente elaborados os elementos descritos no n.º 4 e alínea k) do n.º 15 da portaria n.º 113/2015, de 22/04, nomeadamente:

- Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas.

- Ficha Estatística devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar.

b) O prédio delimitado na planta de localização à escala 1:2000, encontram-se abrangidos por Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, situando-se no Aglomerado Urbano da Amieira, apresentando, de acordo com a Carta de Ordenamento:

- Cerca de 3311 m2, em “Espaços Urbanos de Expansão” e cerca de 1 m2 em “Espaços Urbanos - Ocupação Atual”, que, nos termos do n.º 10 do artigo 5.º do Regulamento do PDM-MG prevê os seguintes indicadores urbanísticos:

Densidade habitacional máxima – 20 f/ha;

Índice de construção bruto – 0.25;

Cércea máxima – 2 pisos ou 6.5 m de altura;

Estacionamento – 1 lugar/fogo;

- 1 lugar/100 m2 de área coberta para comércio e serviços.

- Cerca de 293 m2 em espaço “Proteção Especial”, para o qual o artigo 8º do Regulamento desse Plano refere:

“Artigo 8.º

*Áreas de proteção especial*

*1 - Nas áreas de proteção especial, correspondentes às manchas das Reservas Agrícola e Ecológica Nacionais, integradas nos perímetros urbanos, a alteração de uso fica condicionada à salvaguarda da capacidade biofísica do solo, nos termos da legislação em vigor.*

*2 - É interdita a construção nas áreas de proteção especial, com exceção de construções aligeiradas e amovíveis de apoio às áreas verdes de uso coletivo e à atual atividade agrícola, nos termos da legislação em vigor.*

*3 - Nas áreas de proteção especial integradas na estrutura verde ou em áreas de uso coletivo são proibidas as ações passíveis de impermeabilização do solo.”*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**21. Req.º nº 1961/18, datado de 29/10/2018 - Proc.º n.º 335/08, datado de 22/10/2008 - Sara Alessandra Canale, Samuel Alessandro Canale e Igor Alessandro Canale**

48 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1961/18, datado de 29/10/2018 apresentado por **Sara Alessandra Canale**, com o NIF 230519539, **Samuel Alessandro Canale**, com o NIF 232963126 e **Igor Alessandro Canale**, com o NIF 250502950, com morada em Praceta Pinhal do Rei, n.º 1, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, objeto de legalização de alteração e ampliação, titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 128/13, emitido em 14/04/2014.

Presente parecer técnico datado de 01/01/2019, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Praceta Pinhal do Rei, n.º 1, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Sara Alessandra Canale, com o NIF 230519539, Samuel Alessandro Canale, com o NIF 232963126 e Igor Alessandro Canale, com o NIF 250502950, com a seguinte composição:

**1) Membros efetivos**

Engenheira Maria João Oliveira  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Nuno Fernandes

**2) Membros suplentes**

Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Miguel Figueiredo  
Fiscal Álvaro Letra

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**22. Req.º nº 82/19, datado de 16/01/2019 - Proc.º n.º 82/19, datado de 16/01/2019 - Sérgio José Costa Henriques**

49 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 82/19, datado de 16/01/2019 apresentado por **Sérgio José Costa Henriques**, com o NIF 166359122, com morada em Rua da Adília, n.º 2, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 781/185, titulada, pelo alvará de construção n.º 784, emitido em 12/09/1985.

Presente parecer técnico datado de 23/01/2019, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na aliena a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua da Adília, n.º 2, Casal dos Ossos, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Sérgio José Costa Henriques, com o NIF 166359122, residente na mesma morada, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Miguel Figueiredo**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**23. Req.º nº 107/19, datado de 21/01/2019 - Proc.º nº 163/18, datado de 163/18 - Maria Fernanda de Oliveira Coelho e Deolinda Maria Rodrigues Pereira**

50 - Presente requerimento n.º 107/19, registado em 2019/01/21, apresentado por **Maria Fernanda de Oliveira Coelho**, com o NIF 105277371, residente na Rua Senhora da Vitória, Bloco 4, 1º Esq., Rio Novo, Nazaré, e por **Deolinda Maria Rodrigues Pereira**, com o NIF 134542800, residente na Rua do Calvário, n.º 21, Lugar de Moinhos da Barosa, freguesia da Barosa, concelho de Leiria, ambas com representação atribuída a Sandrine Celeste Domingues Silva, com o NIF 218250568, residente na Rua da Pedrulheira, n.º 163, Outeiros da Fonte, Carvide, do processo camarário n.º 163/18, registado em 2018/05/04, referente ao pedido de **concessão de mais 60 dias**, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/12/21, comunicada pelo ofício n.º 1582/18, datado de 2018/12/21, com receção ocorrida em 2019/01/07.

Presente parecer datado de 2019/01/21.

**Depois de analisar a solicitação formulada pelo requerimento registado sob o n.º 107/19, em 2019/01/21, apresentado por Maria Fernanda de Oliveira Coelho, com o NIF 105277371, residente na Rua Senhora da Vitória, Bloco 4, 1º Esq., Rio Novo, Nazaré, e por Deolinda Maria Rodrigues Pereira, com o NIF 134542800, residente na Rua do Calvário, n.º 21, Lugar de Moinhos da Barosa, freguesia da Barosa, concelho de Leiria, ambas com representação atribuída a Sandrine Celeste Domingues Silva, com o NIF 218250568, residente na Rua da Pedrulheira, n.º 163, Outeiros da Fonte, Carvide, do processo camarário n.º 163/18, registado em 2018/05/04, referente ao pedido de concessão de mais 60 dias, para além do prazo de 15 dias conferidos nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar por escrito em sede de Audiência Prévia do processo, bem como o parecer técnico, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido.**

**Delibera ainda informar as requerentes que o prazo alargado tem término em 2019/04/23.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**24. Req.º nº 2294/18, datado de 21/12/2018 - Proc.º nº 420/2018, datado de 20/06/2018 - António Manuel dos Reis José**

51 - Presente solicitação formulada por **António Manuel dos Reis José**, contribuinte n.º 253649889, residente na Avenue Victor Bash, 91360, Villemoisson-Sur-Orge, França, **com vista à concessão de mais 120 dias**, para além do prazo de 120 dias conferidos para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal de 2018/07/09, comunicada pelo ofício n.º 812/18, datado de 2018/07/09, rececionado em 2018/07/20.

**Depois de analisar a solicitação formulada por António Manuel dos Reis José, contribuinte n.º 253649889, residente na Avenue Victor Bash, 91360, Villemoisson-Sur-Orge, França, com vista à concessão de mais 120 dias, para além do prazo de 120 dias conferidos para proceder à legalização de operação urbanística realizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, conforme deliberação tomada na**

**reunião de Câmara Municipal de 2018/07/09, comunicada pelo ofício n.º 812/18, datado de 2018/07/09, rececionado em 2018/07/20, a Câmara Municipal delibera DEFERIR o pedido.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**25. Req.º nº 1373/16, datado de 11/06/2016 - Proc.º n.º 390/2016, datado de 11/08/2016 - Ercília de Sousa Fortunato Duarte, cabeça de casal da herança de Armindo Duarte de Sousa Ameixa**

52 - Presente requerimento apresentado por **Ercília de Sousa Fortunato Duarte**, cabeça-de-casal da herança de Armindo Duarte de Sousa Ameixa, com morada na Rua do Portinho, n.º 9, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, solicitou, através do requerimento com o registo de entrada com o n.º 1373/16, de 11-08-2016, a emissão de parecer, por parte da Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, com vista à celebração de escritura pública de partilha de metade do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 10023 e inscrito na matriz sob o n.º 8300 (a outra metade pertence, de acordo com a caderneta predial rústica do prédio em causa, a Álvaro Francisco Calado).

Presente parecer jurídico datado de 17-01-2019 e parecer dos serviços técnicos de gestão urbanística, datado de 27-12-2018, todos sobre o assunto.

**A Câmara Municipal analisou o pedido, com o registo de entrada n.º 1373/16, de 11-08-2016, apresentado por Ercília de Sousa Fortunato Duarte, cabeça-de-casal da herança de Armindo Duarte de Sousa Ameixa, com morada na Rua do Portinho, n.º 9, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que é solicitado parecer favorável, ao abrigo do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, à celebração de escritura pública de partilha, de metade do prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 10023 e inscrito na matriz sob o n.º 8300, de que resultará a ampliação do número de compartes, bem com o parecer jurídico, datado de 17-01-2019 e parecer técnico, datado de 27-12-2018, ambos sobre o assunto e, concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes dos mesmos, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, cujo teor passa a fazer parte integrante da presente deliberação e que se anexam, delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, emitir parecer favorável à celebração da dita escritura, por não se vislumbrar qualquer fuga ao regime jurídico dos loteamentos urbanos, consagrado no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Req.º nº 1852/18, datado de 12/10/2018 - Proc.º n.º 578/2018, datado de 21/09/2018 - Delegado de Saúde Concelhio**

53 - Presente ofício n.º 313, datado de 28/06/2018, remetido pela Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande, a informar da existência de uma reclamação apresentada por Cláudia Almeida, referente à existência de infiltrações e humidade na fração correspondente ao 6.º andar direito do prédio sito na Avenida Vítor Galo, n.º 90, freguesia e



concelho de Marinha Grande, propriedade de Virgílio Alfredo da Costa Almeida e a requerer a realização de uma vistoria conjunta, por ter constatado em visita ao local a existência de compartimentos com infiltrações de água da chuva.

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 29/10/2018, a determinar a realização de vistoria, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, ao imóvel sito em Avenida Vítor Galo, n.º 90, 6.º Dto., freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança e salubridade e bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários.

Presente Auto de Vistoria, datado de 20/12/2018, referente à vistoria realizada em 14/11/2018, a enquadrar o estado em que se encontrava o referido imóvel.

**Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, e considerando que a Comissão de Vistorias verificou que as obras que haviam sido determinadas por deliberação camarária datada de 25/06/2015 e descritas no Auto de Vistoria de 02/04/2015, não foram executadas, a Câmara Municipal delibera:**

**NOTIFICAR a empresa responsável pela administração do condomínio, Cempormil – Serviços e Administração de Condomínios, Lda., para, bem como o proprietário da fração correspondente ao 7.º andar direito do prédio sito na Avenida Vítor Galo, n.º 90, freguesia e concelho de Marinha Grande, Sr Leonel Andrade Inácio, para no prazo de 90 (noventa dias), promoverem os trabalhos necessários a sanar as deficiências detetadas, e descritas nos autos de vistoria de datado de 02/04/2015 e de 20/12/2018. Findo o prazo ora concedido, deverá a Comissão de vistorias realizar nova vistoria de verificação, em data a agendar de acordo com a disponibilidade dos seus membros e notificada com antecedência mínima de oito dias.**

**Mais delibera:**

- 1 - Informar a administração de condomínio bem como o proprietário da fração correspondente ao sétimo andar direito, Sr Leonel Andrade Inácio, que as obras que lhe foram determinadas não sejam executadas, ou não forem concluídas dentro do prazo fixado, nos termos do previsto no artigo 91.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, a Câmara Municipal pode tomar posse administrativa do imóvel para dar execução imediata das mesmas, sendo que as quantias relativas às despesas realizadas são da conta do infrator, conforme disposto no artigo 10.º do mencionado diploma legal;**
- 2 - Dar conhecimento desta diligência ao proprietário da fração presente na vistoria, o Sr. Virgílio Alfredo da Costa Almeida, remetendo-lhe cópia do auto de vistoria datado;**
- 3 - Informar a Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande do teor da presente deliberação e das diligências promovidas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**27. E/11804/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.**

54 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/11804/2018, datado de 20/12/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua dos Eucaliptos**, da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 16,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 27/12/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 17/01/2019 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:**

**Emitir parecer FAVORÁVEL CONDICIONADO ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 16,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua dos Eucaliptos, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- a) Não se vê inconveniente na execução da rede pelo passeio. Contudo, não deverá ser promovida travessia da faixa de rodagem com corte de betuminoso, podendo a rede ser ligada à rede existente no loteamento a nascente da Rua dos Eucaliptos.
- b) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- c) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- d) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA**

### **PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO**

#### **28. Seleção da Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) e Coordenador Técnico do Programa CLDS 4G (Contrato Local de Desenvolvimento Social) a desenvolver no concelho da Marinha Grande**

55 - Presente informação n.º 59 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania (DDC), datada de 9 de janeiro de 2019, referente à necessidade de selecionar uma entidade que assuma as funções de coordenação administrativa e financeira do CLDS 4G, bem como o seu coordenador técnico, de forma a dar cumprimento à Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto. (Anexo I)

Presente comunicação do Instituto da Segurança Social, I.P., com o registo de entrada E/262/2019, datado de 8 de janeiro de 2019, na qual solicita que esta autarquia manifeste o seu interesse no desenvolvimento de um CLDS 4G, no concelho da Marinha Grande, no prazo de dez dias úteis. (Anexo II)

Considerando que se pretende que o Programa CLDS continue a constituir um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria garantindo, em simultâneo, a valorização do papel das Câmaras Municipais nesta intervenção dadas as suas especiais responsabilidades ao nível concelhio, nomeadamente em matérias de planeamento, bem como a sua particular capacidade para congregar os agentes e os recursos locais.

Considerando que de 17 de abril de 2009 a 16 abril de 2012, foi desenvolvido o Programa CLDS, no concelho da Marinha Grande.

Considerando que de forma a dar continuidade ao Programa em questão, foi criada uma nova vaga de CLDS, os CLDS+, através da Portaria n.º 135-C/2013, de 28 de março, tendo o referido Projeto sido dinamizado neste concelho de 07 de junho de 2013 a 31 de maio de 2015.

Considerando que os CLDS 3G foram criados através da Portaria n.º 179-B/2015, tendo o Programa sido desenvolvido na Marinha Grande de 16 de outubro de 2015 a 15 de outubro de 2018.

Considerando que os Programas CLDS, CLDS+ e CLDS 3G foram desenvolvidos pela ADESER II, IPSS, tendo os mesmos abrangido, sempre, as três freguesias do concelho.

Considerando que a Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, procedeu à criação da 4.ª geração do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G) e aprovou o respetivo regulamento específico. (Anexo III)

Considerando que o Despacho n.º 176-C/2019, define a lista de concelhos a intervencionar pelos CLDS 4G, nas regiões Norte, Centro e Alentejo, constando na mesma o concelho da Marinha Grande. (Anexo IV)

Considerando que de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento Específico do CLDS 4G: “ As câmaras municipais dos concelhos constantes da lista são convidadas pelo ISS, I.P., a manifestar, num prazo de dez dias, o seu interesse no processo e, quando aplicável, a definir os territórios infra concelhios...”

Considerando que esta autarquia foi convidada, uma vez mais, pelo ISS, I.P. para manifestar o seu interesse no desenvolvimento de um CLDS 4G, no concelho da Marinha Grande.

Considerando por último, que existe a necessidade de selecionar uma entidade que assuma as funções de coordenação administrativa e financeira do CLDS 4G, bem como o seu coordenador técnico, de forma a dar cumprimento à Portaria acima mencionada.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação e delibera ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento Específico do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 4G), anexo à Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto e da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, desenvolver um Programa CLDS 4G, no concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera, que a Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP), seja a ADESER II, IPSS, e o Coordenador Técnico a Licenciada Marina Fernanda Domingues Pires, dada a experiência e competência técnica adquirida durante os últimos nove anos de desenvolvimento do Programa CLDS, bem como do conhecimento das estratégias de atuação e serviços a prestar à comunidade que deles necessita.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **29. Atualização bienal da renda correspondente à fração sita no 2º D, do Bloco 5, da Rua Júlio Braga Barros**

56 - Presente informação n.º 152 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – DDC - datada de 21 de janeiro de 2019, referente à atualização anual da renda da habitação sita no 2º D, do Bloco 5, da Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na atual redação estabelece o regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social.

Considerando que o arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.

Considerando que o artigo 21.º desta mesma Lei prevê que “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC / I.A.S.)$  em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (435,76€)

Considerando que nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando o n.º 3 do artigo 1 da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro que determina que: *“a renda mensal não pode exceder o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor patrimonial tributário do fogo.”*

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro: *“A renda máxima em regime de arrendamento apoiado é a renda máxima aplicável aos contratos de arrendamento para fim habitacional em regime de renda condicionada.”*

Considerando que em 28 de maio de 2015, foi aprovado em reunião de câmara, por unanimidade, que as rendas dos bairros sociais passariam a ser atualizadas bienalmente.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha de atualização da renda e que têm por base os documentos facultados pela inquilina.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº32/2016, de 24 de agosto, proceder à atualização anual da renda, sendo o valor a aplicar, o constante no seguinte quadro:**

**Rua Júlio Braga Barros**

Bloco	Morador	Fração	Contrato	Renda 2018	Renda 2019
5	Célia Maria Ramos Ferreira	2º D	28/09/2005	4,21€	167,50€

**Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor no dia 01 de março de 2019.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**30. Celebração de acordo de regularização de dívida com arrendatária residente na Rua da Charnequinha, Bloco 46, R/C Esq - Moita.**

Presente a seguinte proposta:

“Presente requerimento com o registo de entrada E/396/2019, datado de 09 de janeiro de 2019, em nome de Maria do Céu Almeida Ferreira, a solicitar o pagamento da dívida existente referente a rendas em atraso, em 32 prestações mensais.

Presente informação n.º 108 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania – D.D.C - datada de 15 de janeiro de 2019 através da qual se expõe a situação da referida arrendatária e as circunstâncias que levaram à existência da presente dívida por parte desta, e propõe a celebração de um acordo de regularização de dívida do montante que se encontra por liquidar, no valor de 2.083,40€ em 32 prestações mensais, a partir de março do corrente ano.

Considerando que Maria Ferreira não reúne presentemente condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção manifestada pela arrendatária em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 2.083,40€ (dois mil e oitenta e três euros e quarenta cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 32 prestações mensais;

Considerando que o Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande estabelece na alínea K, do nº1, do artigo 29, que em caso de atraso no pagamento da renda ou acumulação de vários meses em dívida, e de forma a evitar a resolução do contrato de arrendamento, possa vir a ser celebrado um acordo prestacional, com vista à regularização da dívida.

Considerando a competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 2.083,40€ (dois mil e oitenta e três euros e quarenta centavos) em 32 prestações mensais, sendo 31 prestações, no valor unitário de 65,11€ (sessenta e cinco euros e onze centavos) e a 32.ª, no valor de 64,99€ (sessenta e quatro euros e noventa e nove centavos) com entrada em vigor a partir de março do corrente ano.”**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Este prédio é no que chamam o Bairro Social e está em nome da Câmara de Alcobaça. Questionamos como é possível exigir o pagamento duma renda duma casa que não pertence à Câmara. Já fiz esta proposta várias vezes, mas uma vez mais não foi atendida, por isso volto a propor que se negocie com a Câmara de Alcobaça a passagem destes imóveis para o património da Câmara da Marinha Grande. Doutra modo é ilegal que a Câmara esteja a cobrar uma renda duma casa que não lhe pertence.”*

**Dado que foi suscitada a legalidade desta cobrança, a Sr.ª Presidente retirou a proposta.**

**31. Celebração de acordo de regularização de dívida com arrendatária residente na Rua Adriano Marques Nobre, n.º 18, Camarnal - Marinha Grande.**

57 - Presente requerimento com o registo de entrada E/638/2019, datado de 16 de janeiro de 2019, em nome de Marina Alexandra Ferreira Fernandes, a solicitar o pagamento da dívida existente referente a rendas em atraso, em 12 prestações mensais.

Presente informação n.º 133 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 17 de janeiro de 2019, através da qual se expõe a situação da referida arrendatária e as circunstâncias que levaram à existência da presente dívida por parte desta, e propõe a celebração de um acordo de regularização de dívida do montante que se encontra por liquidar, no valor de 924,61€ em 12 prestações mensais, a partir de fevereiro do corrente ano.

Considerando que Marina Fernandes não reúne, presentemente, condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção manifestada pela arrendatária em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 924,61€ (novecentos e vinte e quatro euros e sessenta e um centavos);

Considerando a proposta apresentada para pagamento da dívida, em 12 prestações mensais;

Considerando que o Regulamento de Atribuição, de Gestão e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande estabelece na alínea k, do n.º 1, do artigo 29.º, que em caso de atraso no pagamento da renda ou acumulação de vários meses em dívida, e de forma a evitar a resolução do contrato de arrendamento, possa vir a ser celebrado um acordo prestacional, com vista à regularização da dívida.

Considerando a competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugada com a alínea k) do n.º 1 do artigo 29.º do Regulamento de Atribuição, Gestão e Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande concordar com o pagamento da dívida, no valor de 924,61€ (novecentos e vinte e quatro euros e sessenta e um centimos) em 12 prestações mensais, sendo 11 prestações, no valor unitário de 77,05€ (setenta e sete euros e cinco centimos) e a 12.ª, no valor de 77,06€ (setenta e sete euros e seis centimos) com entrada em vigor a partir de fevereiro do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

### **32. Rendas em atraso referentes à casa 19, sita no Bairro do Camarnal velho – Celebração de acordo de regularização de dívidas**

58 - Presente informação n.º 3101 da Divisão de Desenvolvimento e Cidadania, datada de 05 de dezembro de 2018, referente ao pedido de Sérgio Paulo Guerreiro Duarte, titular do contrato de arrendamento, para efetuar o pagamento do valor em dívida, que se encontra em nome da primitiva arrendatária e ex-companheira - Albertina Maria Soares, em prestações mensais.

Considerando que o inquilino em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção do mesmo em liquidar a dívida que se encontra em nome da primitiva arrendatária, uma vez que a mesma deixou de ocupar a habitação em novembro de 2017;

Considerando que quem tem vindo a ocupar a habitação é o atual arrendatário, que se tinha comprometido a liquidar as rendas desde janeiro de 2018;

Considerando que existe uma dívida relativa à habitação em causa, no valor de 1.846,24€ (mil, oitocentos e quarenta e seis euros e vinte e quatro centimos);

Considerando a proposta apresentada para o pagamento da dívida, em 18 prestações mensais, acrescido sempre do valor da renda mensal, a partir de janeiro de 2019;

Considerando o n.º 4, do artigo 20.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro, na sua redação atual, que estipula que “em caso de mora pode ser celebrado um acordo de liquidação de dívida”.

Considerando por último, o n.º 4 do artigo 26.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, que prevê que “em caso de mora no pagamento da renda, pode a Câmara Municipal estabelecer com o arrendatário um acordo de liquidação da dívida em prestações”.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 26.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, concordar com o pagamento da dívida, no valor de 1.846,24€ (mil, oitocentos e quarenta e seis euros e vinte e quatro centimos), em 18 prestações mensais, sendo 17.ª prestações no valor de 102,56€ (cento e dois euros e cinquenta e seis centimos) e a 18.ª prestação no valor de 102,72€ (cento e dois euros e setenta e dois centimos), acrescido do valor da renda corrente, a partir de fevereiro de 2019.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**33. Apreciação de candidaturas apresentadas no 2º trimestre de 2018; de candidaturas apresentadas no 1º trimestre de 2017 sujeitas a audiência prévia, relativas ao Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande; e reapreciação de candidatura apresentada no 4º trimestre de 2017.**

59 - Presente informação n.º I/139/2019, datada de 18 de janeiro de 2019, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, dando conta da apreciação de:

- 8 (oito) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 2.º Trimestre de 2018, relativos a crianças nascidas até 31 de dezembro de 2017;
- 2 (dois) processos de candidatura que deram entrada no 1.º trimestre de 2018 (às quais foi realizada audiência prévia de acordo com o preceituado no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de janeiro de 2015 e deliberação em reunião de Câmara Municipal de 28 de maio de 2018), conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2014, e em sessão da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014;
- 1 (um) processo que deu entrada no 4.º Trimestre de 2017 (candidatura de gémeos) por verificação por parte dos serviços de atribuição de subsídio na reunião de câmara de 28 de maio de 2018 relativo somente a um dos gémeos mencionados na candidatura do requerente.

Considerando que de acordo com o n.º 1 do artigo 2.º o Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aplica-se às crianças nascidas entre 01 de julho de 2013 e 31 de dezembro de 2017, e que de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do citado regulamento, a candidatura deve dar entrada nos serviços municipais, contendo todos os documentos mencionados no artigo 5.º, até 6 (seis) meses, no máximo, após o nascimento da criança;

Foram analisados 8 (oito) processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 2º Trimestre de 2018, relativos a crianças nascidas até 31 de dezembro de 2017.

Considerando que dos oito (oito) processos que deram entrada no 2.º trimestre de 2018, ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2.º do citado regulamento, os 8 (oito) processos



de candidatura cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do n. 1 do artigo 3.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande;

Considerando que essas 8 (oito) candidaturas cumprem os requisitos para atribuição do valor do incentivo definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado, designadamente as candidaturas constantes e identificadas no Anexo A;

Considerando que em 1 (um) processo que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2.º do citado regulamento, no 1.º trimestre de 2018, e que foi sujeito a audiência prévia, conforme deliberação em reunião de câmara de 28 de maio de 2018, o requerente efetuou o pagamento da dívida ao município, conforme confirmação dos serviços, cumprindo com as condições previstas na alínea e) do n. 1 do artigo 3.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, designadamente a candidatura constante e identificada no Anexo B;

Considerando que em 1 (um) processo que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2.º do citado regulamento, no 1.º trimestre de 2018, e que foi sujeito a audiência prévia, conforme deliberação de câmara de 20 de maio de 2018, o requerente apresentou os documentos instrutórios em falta necessários à análise da mesma, de acordo com o n.º 1 do artigo 5.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, designadamente a candidatura constante no Anexo C.

Considerando que em 1 (um) processo que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, no 4.º trimestre de 2017, ao qual foi atribuído na Reunião de Câmara de 28 de maio de 2018 o subsídio no valor de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros) relativamente a uma criança, foi verificado pelos serviços que o processo era relativo a gémeos, estando em falta a atribuição do subsídio correspondente à segunda criança, e dado que a candidatura cumpre com as condições previstas na alínea e) do n. 1 do artigo 3.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, designadamente a candidatura constante e identificada no Anexo D;

Deste modo e atendendo a que:

- a) Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, com a respetiva documentação;
- b) A dotação financeira necessária está prevista na Ação 2018/A/88.

**A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera:**

- a) Ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande deferir 11 (onze) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo A, B, C e D;**
- b) A atribuição e pagamento do incentivo à natalidade ao primeiro progenitor requerente, nos processos identificados, calculado com base na alínea a) ou b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, designadamente os constantes no anexo A, B, C e D.**
- c) Definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:**

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 15/02/2019
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 29/03/2019

**Mais delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Votamos a favor embora continuamos a não concordar com os termos do regulamento que está genericamente igual ao anterior, excecionalmente passámos, e bem, porque foi sempre uma nossa proposta, a considerar o rendimento per capita ao invés do rendimento bruto.*

*Propomos:*

- a) uma maior ambição da política social para efetivamente se tratar de uma medida social que incentive os pais e os apoie a ter mais filhos. Deve contemplar apoios até aos três anos da idade. Dos 0-3 anos as crianças beneficiam de estruturas familiares ou sociais de apoio, de que são exemplos as amas, creches familiares ou creches. Ora, até esta idade os pais terão que compartilhar a integração da criança porque não temos serviços públicos gratuitos que acolham as crianças. Ora, cada criança tem direito a beneficiar do apoio durante os três primeiros anos de vida.*
- b) O apoio financeiro deve ter em consideração a condição económica e o esforço financeiro dos agregados de menor rendimentos. Assim, os agregados familiares com rendimento per capita até 50% do Indexante dos apoios sociais (IAS), deviam receber 1.500€/ano.”*

## **INTERVENÇÃO CULTURAL**

### **34. Esclarecimento. Fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse o seguinte:**

*“Registo apenas uma nota que vem na documentação. É uma nota manuscrita em 10/12 que diz: “o vereador Aurélio pediu para lhe ser enviada a estratégia da Câmara Municipal para a Casa da Cultura. A vereadora Célia vai enviar”. Até ao momento ainda não recebi.”*

60 - Presente deliberação de câmara municipal de 10 de dezembro 2018, onde foi aprovada a programação e fixação de preços de bilhetes para espetáculos a decorrer em 2019 na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Considerando que na redação da deliberação não se encontra evidenciado a taxa de IVA a aplicar aos preços propostos;

Considerando que importa clarificar que os valores propostos incluem IVA à taxa legal em vigor;

**A Câmara Municipal ao detetar esse erro delibera, ao abrigo do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, retificar a incorreção existente na deliberação tomada em reunião de câmara de 10 de dezembro de 2018, com efeitos retroativos àquela data.**

**Assim onde se lê “Preço do Bilhete Proposto”:**

***Deve ler-se:***

***“Preço de Bilhete Proposto incluindo IVA à taxa legal em vigor”:***

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

**35. Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da região da Marinha Grande, IPSS, que tem como objeto o reforço de meios humanos da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande. Revogação e tomada de deliberação**

61 - A 21 de dezembro de 2018, foi deliberado em reunião de Câmara a aprovação do Protocolo entre o município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e a associação ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, que tem como objeto o reforço de meios humanos da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande.

Considerando que esse protocolo teve enquadramento orçamental nos documentos previsionais de 2018, por ter sido prevista a celebração do protocolo até ao final de dezembro de 2018 e consequentemente o pagamento do valor atribuído ao mesmo nesse mesmo ano;

Considerando que após a deliberação de câmara, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, veio requerer alterações ao teor do protocolo;

Considerando que a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens não aceitou assinar o protocolo nos termos aprovados em deliberação de câmara de 21 de dezembro de 2018;

Considerando que, apesar dos nossos esforços e por motivos alheios ao município da Marinha Grande, não foi possível celebrar o protocolo até 31 de dezembro de 2018;

Considerando que os atos administrativos podem ser revogados por iniciativa do órgão competente, de acordo com o n.º 1 do artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo;

Considerando que se mantém a necessidade de assegurar a celebração do novo protocolo de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, IPSS;

Considerando que a Câmara Municipal da Marinha Grande considera essencial e imprescindível o papel da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, quer pela sua atuação nas situações de perigo, quer no quadro da promoção dos direitos das crianças e dos jovens e da prevenção de situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral;

Considerando que esta prioridade municipal implica um reforço dos meios humanos, tecnicamente habilitados, a exercer um conjunto de funções que garantem de forma eficaz o desempenho das matérias inseridas na competência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande;

Considerando que o reforço dos meios humanos tem sido assegurado através de um mecanismo que não encontrava suporte direto na lei. Esta situação foi alterada recentemente através do artigo 20.º-A, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;

Considerando que a norma citada confere habilitação legal ao estabelecimento de um protocolo entre a Comissão Nacional e qualquer uma das entidades representadas na comissão alargada, com vista ao reforço dos meios humanos, em função da qualificação da resposta protetiva, para apoio à atividade da comissão restrita;

Considerando que é imprescindível para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande a afetação de 2 técnicos superiores (um regime de tempo integral e outro em regime de tempo parcial), que apoiem a atividade da comissão restrita, pelo que se torna necessária a outorga de um protocolo entre esta autarquia e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.

Considerando que a associação ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande é uma instituição particular de solidariedade social e integra a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande;

**A Câmara Municipal delibera assim revogar aquele ato administrativo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 165.º do Código do Procedimento Administrativo.**

**A Câmara Municipal delibera ainda no uso da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, e ao abrigo da Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro, aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, IPSS, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **DIVISÃO JURÍDICA E DE APOIO**

### **APOIO JURÍDICO**

**36. Zona Industrial da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel, causados por contentor de lixo privado - Requerente: Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio - Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou o seguinte:**

*“Qual a razão por que só agora vem esta proposta de deliberação, tendo em conta que a reclamação da munícipe é de 7/3/2018.”*

62 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 07-03-2018, via e-mail, de Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio, com registo de entrada E/2300/2018, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu o incidente com o veículo que tinha estacionado em estacionamento público junto das instalações da empresa Iber-Oleff - Componentes Técnicos em Plástico, S.A., na Rua de França, na Zona Industrial da Marinha Grande, no passado dia 02-03-2018.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos (atual DQV-Divisão da Qualidade de Vida) sobre os factos relatados pela requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/31/2019-FO, de 07-01-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, já que o contentor causador dos danos no veículo da requerente não é propriedade deste Município.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/31/2019 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 1) e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente, Sónia Margarida Silva Marques Coimbra Teodósio, do presente projeto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**37. Pedido de indemnização por danos em esquentador – Requerente: Judite Margarida Patrão Figueiredo – Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas - Falta de filtro no contador de água – Proposta de deferimento**

63 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 14-06-2018, por Judite Margarida Patrão Figueiredo, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreram danos no filtro do seu esquentador, na

sequência das obras de requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas, no dia 11 de junho de 2018, instruído com cópia da fatura/recibo n.º 11, de 03-07-2018, da reparação dos danos, no valor de 60,00€, isento de IVA.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e atual DQV-Divisão de Qualidade de Vida e da DAM-Divisão Administrativa e de Modernização, sobre os factos relatados pela requerente, que dão conta da inexistência do filtro no corpo do contador domiciliário de água, instalado pela Câmara Municipal.

Presente Informação jurídica n.º I/103/2019-FO, de 14-01-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar a lesada, Judite Margarida Patrão Figueiredo, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/103/2019 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 2), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 60,00€ (sessenta euros), isento de IVA, apresentado por Judite Margarida Patrão Figueiredo, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação do esquentador.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**38. Pedido de indemnização por danos em viatura automóvel – Buraco no pavimento – Rua Central do Moinho de Cima, Albergaria - Requerente: José Silva Saraiva – Apreciação – Proposta de deferimento**

64 - A Srª. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento apresentado em 13-04-2018, de José Silva Saraiva, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreu um incidente com o veículo que conduzia, no passado dia 11-04-2018, pelas 21H00, de matrícula 27-IA-55, marca Renault Megane, na Rua Central do Moinho de Cima, em Albergaria, sentido Picassinos, instruído com cópias do orçamento da reparação dos danos, no valor de 286,7€, que imputa ao Município e com fotografias ilustrativas do local do sinistro e dos danos no pneu e jante.

Presente participação da PSP-Polícia de Segurança Pública elaborada após o requerente, no dia seguinte, ter efetuado a participação do mesmo na Esquadra.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos sobre os factos relatados pelo requerente.

Presente Informação jurídica n.º I/48/2019-FO, de 08-01-2019, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se concluiu pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, José Silva Saraiva, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/48/2019 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 3), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 286,71€ (duzentos e oitenta e seis euros e setenta e um cêntimos), com IVA incluído, apresentado por José Silva Saraiva, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera informar o lesado, que aquando do recebimento do montante desta indemnização deve fazer-se acompanhar do original do recibo comprovativo do pagamento da fatura da reparação, nos exatos termos que constam do orçamento apresentado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

### **39. Contrato de concessão de exploração do Café Bambi, em São Pedro de Moel - Alteração da denominação social e forma jurídica**

65 - Presente carta datada de 30 de novembro de 2018, sob a qual recaiu o nº de entrada E/11249/2018, de 04 de novembro apresentado por Vítor José Domingos Rosa, na qualidade de sócio da sociedade exploradora do Café Bambi, denominada “Roldão e Rosa, Lda”, pela qual informa ter adquirido a totalidade do capital social da mesma, por contrato de cessão de quotas outorgado a 8 de novembro de 2018 e posteriormente procedido à transformação da mesma em sociedade Unipessoal, com a alteração da denominação para “Vítor José Domingos Rosa, Unipessoal Lda”, mantendo-se o NPC de 514376201.

Presente informação nº I/156/2019 - DJA, de 21 de janeiro pp, na qual se concluir que:

*Se é na verdade claro, que face ao disposto no artigo 270º A e 270º G do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 130º nº 3 do mesmo diploma, a transformação de uma sociedade comercial não implica a sua dissolução e a criação de uma nova sociedade, os factos descritos permitem afirmar que a sociedade concessionária é, depois da transformação, a mesma sociedade que era antes da transformação e que, por força da transformação operada, não ocorreu a transmissão da posição contratual de concessionário: a sociedade concessionária continua a mesma, a transformação deu-se ao nível da sua forma societária (substancialmente, é a mesma entidade jurídica) pelo que, tratando-se da mesma pessoa jurídica, não houve cessão de posição contratual, e com a transformação, não foram transmitidos quaisquer direitos e obrigações.*

A Câmara Municipal, concordando com o teor da referida informação, e considerando relevante harmonizar o contrato adicional aprovado na reunião de Câmara em 26 de novembro de 2018, delibera atualizar a identificação do segundo outorgante do contrato nº 16/2005, para “ ---- SEGUNDO: Vítor José Domingos Rosa, portador do Cartão de Cidadão n.º 10324093, com NIF 205674194, com domicílio profissional na rua dos Coelhoos, n.º 3, Marinha Pequena, concelho de Marinha Grande, na qualidade de representante legal e em representação de Vítor José Domingos Rosa, Unipessoal, Ld.ª, com sede na rua dos Coelhoos, n.º 3, Marinha Pequena, concelho de Marinha Grande, com NIPC 514 376 201, em nome da qual outorga, no exercício de poderes suficientes para o ato de harmonia com Certidão Permanente com código de acesso 5454 - 7177 – 0713, e inscrições em vigor. ----”

**Mais delibera aprovar a minuta de contrato adicional a celebrar em anexo e que se dá por integralmente reproduzida**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

Tal como tinha ficado acordado, foi discutido e votado o **ponto 3.**

**3. Protocolo de Colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., Câmara Municipal de Leiria e Câmara Municipal da Marinha Grande**

**Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:**

*“Questionamos qual a razão por que a Câmara da Marinha paga mais (27,5% - 16.500€) que a Câmara de Leiria (22,5% - 13.500€).”*

A **Sr.ª Presidente** informou que a CMMG paga mais do que a CML porque a área de limpeza é maior.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

66 - O Senhor Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta:

**Considerando que:**

- A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., apresentou em 17 de dezembro de 2018 uma proposta de protocolo a celebrar entre aquela Entidade, a Câmara Municipal da Marinha Grande e a Câmara Municipal de Leiria, tendo por objeto a execução anual da empreitada de “Manutenção do Rio Lis entre as Pontes de Monte Real e a Ponte das Tercenas” no âmbito da intervenção de reperfilamento do Rio Lis, compreendendo um conjunto de medidas, nomeadamente:

- Limpezas e desobstruções do leito e margens, de forma a garantir condições de escoamento dos caudais líquidos e sólidos em situações hidrológicas normais e extremas;
- Correção dos efeitos da erosão, no leito e margens.

- A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., tem como missão proteger e valorizar as componentes ambientais das águas, bem como proceder à gestão sustentável dos recursos e como objectivos estratégicos, entre outros, reforçar a protecção e valorização dos recursos hídricos e aumentar o número de acções de protecção, valorização e regularização da rede hidrográfica e minimização do risco;

- A Administração da Região Hidrográfica do Centro é responsável por assegurar a concretização das atribuições da APA no domínio das massas de águas subterrâneas e superficiais e dos recursos hídricos conexos, até ao limite das zonas terrestres de protecção de águas costeiras ou de transição designadas em instrumentos de gestão territorial, nas suas vertentes de qualidade, quantidade e gestão das utilizações, nomeadamente através de actividades de licenciamento, fiscalização, gestão de empreendimentos e infraestruturas e apoio técnico às actividades de gestão de recursos hídricos, fazendo parte dos seus objectivos a concretização e acompanhamento de parcerias;



- O estado de conservação das margens das linhas de água, com acções de limpeza e desobstrução, nem sempre é garantido pelos proprietários confinantes, fruto do abandono a que as parcelas privadas têm sido votadas;
- Nos concelhos de Leiria e Marinha Grande, têm sido registados alguns acidentes resultantes de cheias e de fenómenos de erosão, os quais se têm traduzido em episódios de maior ou menor prejuízo e com consequências graves para a qualidade dos recursos hídricos e ecossistemas e que as diversas medidas, tomadas ao longo dos anos, não foram, ainda, capazes de evitar;
- A política nacional de gestão do domínio público hídrico é melhor prosseguida, segundo princípios de eficácia e eficiência económica, através de uma estreita colaboração entre a administração central, que detém as competências legais e as autarquias;
- A implementação destas ações apresenta, para qualquer município, desafios complexos, sendo imprescindível o apoio da administração regional e central a este nível, mas também no impulso para ultrapassar as questões técnico-jurídicas e legais ligadas às mesmas;
- Os acidentes resultantes de cheias e de outros factores associados, sendo fenómenos ocasionais, são responsáveis por impactes ambientais e socioeconómicos relevantes, cabendo-nos reduzir o risco e as consequências prejudiciais com a adopção de medidas apropriadas;
- Os ecossistemas ribeirinhos revestem-se de elevado potencial ecológico, que urge preservar, requalificar e valorizar;

#### **Propõe-se**

- A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., a Câmara Municipal de Leiria e a Câmara Municipal da Marinha Grande, e que se dá por integralmente reproduzido.

**A Câmara Municipal no uso da competência prevista nas alínea r) e t) do artigo 33º da Lei 75/2013, aprova a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o município da Marinha Grande, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e a Câmara Municipal de Leiria, que se anexa (Anexo 4) e se dá por integralmente reproduzida.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 17:15 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**